

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 05/2014
(Mandato 2013/17)**

**DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE
2014**

CONTÉM 22 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 05/2014 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2014 INICIADA ÀS 21,00 HORAS E CONCLUÍDA ÀS 01H20 M.

Sumário	Páginas
= ABERTURA =	3
= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =.....	4
= INTERPELAÇÕES AO PRESIDENTE DA CÂMARA =	6
= ORDEM DO DIA =	8
= INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO =.....	8
= REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL =.....	8
= OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CM PARA 2015 =	17
= EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO =	20
= LISTA DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS =.....	21
= TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM =.....	21
= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO=	21
= ENCERRAMENTO =	22



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ABERTURA =

----- No dia dezanove do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, e secretariado por Luísa Maria da Costa Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segundas secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 28º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada pelo edital do dia cinco do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze.-----

----- **Registou-se a falta dos seguintes membros:** Hélder António de Barros Moreira Pedreira (PPD/PSD); Maria Rosa Araújo Ribas (PPD/PSD); PSD); Palmira Ribeiro da Costa (PS); André Manuel da Silva Rodrigues (PPD/PSD); David Jorge Pires Saraiva (PPD/PSD); Amândio Libério Meireles Pinto (PPD/PSD); Manuel Fernando Pereira Mendes (PS), que nos termos legais procederam à respetiva justificação).-----

----- **Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros:** -----
José Augusto Brito Pacheco (PS), José Augusto Viana de Sousa; Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Luís André Varajão Alves (PPD/PSD); Manuel José Miranda (PS); João Paulo da Cunha Alves (PCP); Elisabete Bernardina Barbosa Gama (PPD/PSD); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Perfeita Barreiro de Araújo Esteves (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Dinis António Sá Fernandes Pereira (PPD/PSD); Cláudia Maria Fernandes Soares (PCP); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); João Barbosa Cerqueira (PS); Celestino Rodrigues (PS); Manuel Martins Rodrigues (PPD/PSD); Manuel Lopes Fernandes (PS); Celso Guerreiro Barbosa (PPD/PSD); Manuel Alfredo Barbosa Nogueira (PS); Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS); António José Pinto Fernandes (PPD/PSD); António José de Sousa Alves (PS); Carlos Manuel Gomes Pereira (PS); António Alberto Lebrão Martins Esteves (PS); Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS); Fernando Inácio Pereira Fernandes (PPD/PSD); Manuel Fernando Pereira Mendes (PS).-----

----- Do Presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos Vereadores Décio Brandão Guerreiro (PPD/PSD); Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); e Maria José Brito Lopes Moreira (PS).--

----- **Substituições:** -----
----- Maria Rosa Araújo Ribas (PPD/PSD) foi substituída por Vítor Manuel de Sousa Domingues, depois de convocados Maria do Céu Brandão Guerreiro e Paulo Jorge Pereira de Castro, que por impedimento não puderam estar presentes.-----
----- Palmira Ribeiro da Costa (PS) foi substituída por Isabel Maria Marques Nolasco Silva Vaz, depois de convocados: Iolanda Maria Cerqueira Pereira; Ivan Mata de Moraes; Baltasar de Castro Fernandes, que por impedimento não puderam estar presentes.-----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- David Jorge Pires Saraiva (PPD/PSD) foi substituído por Sónia Alexandra Barbosa Ribeiro, Secretária da Junta da Freguesia de Rubiães.-----

----- Amândio Libério Meireles Pinto (PPD/PSD) foi substituído por Laurentino Manuel Pereira Alves, Secretário da União de Freguesias de Cossourado e Linhares.-----

----- Manuel Fernando Pereira Mendes (PS) foi substituído por António Soares Gonçalves Pereira, Secretário da União de Freguesias de Formariz e Ferreira.-----

----- Foram ainda contactados: Maria Elisabete Freitas Ribeiro; Cátia Marina Jesus de Sousa Ferreira e Paulo Manuel Dantas Rosa, para substituição de André Manuel da Silva Rodrigues (PPD/PSD), mas por se encontrarem impedidos, não puderam estar presentes.-----

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

----- **Presidente da Assembleia**, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão.-----

----- De seguida fez referência ao recebimento no expediente da Assembleia de resposta a reclamação ao PDM, feita pela Vereadora Helena Ramos, na qualidade de representante da Assembleia Municipal, sem ser aprovada qualquer moção que a mandatasse para esse fim. Chamou a atenção de que a representação institucional da Assembleia Municipal é feita pelo seu presidente, exclusivamente, decorrendo essa competência da lei e solicitou que situações destas não se repitam. -

----- **Ponto n.º 1** – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação das atas das sessões anteriores.-----

----- A ata da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada de leitura, foi posta à votação pelo Presidente da Assembleia Municipal, pedindo previamente, se havia alguma proposta de alteração. Ninguém manifestou vontade de alterá-la, assim submetida à votação, **foi aprovada, por maioria com 21 votos, sendo 18 do PS; 2 do PSD e 1 do PCP; 8 votos contra do PSD** (José Augusto Viana de Sousa, Luís André Varajão Alves; Dinis António Sá Fernandes Pereira; Vítor Manuel de Sousa Domingues; Sónia Alexandra Barbosa Ribeiro; Laurentino Manuel Pereira Alves; Celso Guerreiro Barbosa; António José Pinto Fernandes); **3 abstenções, sendo 2 do PS e 1 do PCP**, por não terem estado presentes.-----

----- **José Augusto Sousa** (PSD) declarou já ter chamado a atenção para as incorreções da ata e do tratamento diferenciado dos textos dos membros do Partido Socialista, dos outros partidos. Reclamou da expressão proferida pelo presidente da Câmara “que o porta-voz do PSD disse um conjunto de disparates”, que não devia constar da mesma. Assim, disse alertar mais uma vez que os votos contra têm apenas a ver com essa questão, para que haja mais equidade no tratamento das intervenções. ---

----- **Presidente da Assembleia**: disse ficar registado, no entanto, rejeitou a acusação de parcialidade da mesa. Disse ainda estranhar os votos contra, quando todos os membros da AM tiveram a oportunidade de propor alterações antes de a ata ter sido colocada à votação.-----

----- Foi distribuída lista de registo de expediente diverso.-----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.

Pelo grupo Municipal do Partido Social Democrata foram apresentados:-----

----- **Um voto de congratulação e louvor ao Agrupamento de Escolas de Paredes de Coura** pelos resultados obtidos nos exames nacionais e na posição que ocupa no *ranking* das escolas. A escola Básica e Secundária de Paredes de Coura foi, em 2014, a mais bem classificada do distrito de Viana do Castelo nos exames nacionais: do 12º ano à disciplina de Português; do 9º ano à disciplina de matemática; do 9ºano à disciplina de Português e do 9º ano de escolaridade. A Escola Básica de Paredes de Coura foi uma das melhores escolas do 4º ano de escolaridade do distrito de Viana do Castelo, nos exames nacionais do 1º ciclo. O voto de congratulação e louvor visa o incentivo e a valorização do excelente trabalho desenvolvido por toda a comunidade educativa em especial os alunos, o pessoal docente, não docente e os pais/encarregados de educação. -----

----- O voto de congratulação e louvor fica anexo à ata e dela faz parte integrante. -----

----- **Rosalina Martins (PS)**: Referiu que o Grupo Municipal do Partido Socialista está de acordo com o presente voto de congratulação e louvor. Referiu que o mesmo denota o empenho dos professores e de que a comunidade continua a investir na educação. Que estão satisfeitos com os resultados e com o contributo para o sucesso das nossas crianças e jovens. -----

----- **João Paulo Alves (PCP)**: Disse subscrever inteiramente as palavras do porta-voz do PSD, quanto ao voto de congratulação e louvor. Recordou que o grupo da disciplina de português sempre se destacou sendo a característica que o define, o trabalho, bem como, a exigência cada vez maior dos professores à qual os alunos, sempre, correspondem. -----

----- **Presidente da Assembleia**: Disse concordar com o voto, todavia observou a sua redação, sempre sob o ponto de vista dos professores e onde os pais são ignorados, entendendo que o resultado dos alunos não depende exclusivamente dos professores, mas também dos pais e alunos.---

----- O proponente aceitou a sugestão de aditar ao voto de louvor e congratulação a frase “*para além da intervenção dos pais*”. -----

----- **Submetido à votação, o voto de congratulação e louvor foi aprovado, por unanimidade.** --

----- **Um voto de pesar pelo falecimento de Diamantino Fernandes e louvor por ter sido um Courense de referência** pelo seu progressismo, dedicado à causa pública, política e ação cívica, destacando o serviço à AHBVPC, o contributo na implantação da Casa Courense; o despoletar do ADASPACO e o serviço informativo e de opinião através do Jornal “O Coura”. -----

----- O voto de congratulação e louvor fica anexo à ata e dela faz parte integrante. -----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Submetido à votação, o voto de pesar e louvor foi aprovado por maioria com 14 votos a favor, sendo 10 do PSD; 02 do PS e 02 do PCP e 16 abstenções do PS.**-----

----- **Um voto de pesar pelo falecimento de Heitor Manuel Alves e de louvor por ter sido um Courense de referência** de tenacidade, perseverança, dinamismo e empreendedorismo que teve a capacidade de conduzir o concelho de Paredes de Coura além-fronteiras. -----

----- O voto de congratulação e louvor fica anexo à ata e dela faz parte integrante. -----

----- **Submetido à votação, o voto de pesar e louvor foi aprovado, por unanimidade.**-----

= INTERPELAÇÕES AO PRESIDENTE DA CÂMARA =

Ponto n.º 3 – Interpeleções ao Presidente da Câmara Municipal.-----

----- **João Paulo Alves (PCP):** Recordou as promessas de António José Seguro de reabrir o Tribunal de Paredes de Coura e de repor as freguesias. Disse não ter dúvidas que António Costa, Secretário-geral do Partido Socialista, será o próximo primeiro-ministro, esperando que essas posições estejam salvaguardadas e que o Tribunal seja devolvido a Paredes de Coura. -----

----- **José Augusto Sousa (PPD/PSD):** Referiu não ter a certeza absoluta de que acontece aquilo de que ia falar, porque se tivesse o caminho seria outro, mas mantinha reservas. Disse conhecer o presidente da Câmara e os seus familiares e tê-los como pessoas honestas, de companheirismo, cívicas, reconhecendo nele, também, essas características. Assim, pediu-lhe que mantivesse, esses traços nas decisões que pretende tomar porque perante a análise de concursos de obras, disse haver situações que podem levar a confusões e que os concursos podiam ser manipulados. A situação dos candidatos às obras que concorrerem com sessenta por cento do preço base sendo o carácter diferenciador que vai escolher o que ganha. -----

----- Disse esperar ser uma mera suspeita, referindo-se a um caso específico em que ganhou uma firma que, com valor abaixo dos sessenta por cento, excluiu todos os outros concorrentes pelo mesmo valor. Pediu cuidado acrescido nos concursos nomeadamente na definição do preço base para evitar este tipo de tratamento. -----

----- Neste contexto, pediu ao presidente que mantivesse o carácter da sua personalidade e que não se deixasse envolver nestas situações. -----

----- **Rosalina Martins (PS):** Disse estar surpreendida pela preocupação acerca da situação do Partido Socialista e de António Costa, mas que este está a fazer um bom trabalho. Comentando as afirmações de João Paulo Alves, disse que António José Seguro, enquanto líder do Partido Socialista, veio a Coura numa missão restrita de homenagem ao ex-presidente da Câmara – António Pereira Júnior, e reconhecimento do seu trabalho pelo concelho. -----

----- Voltando a António Costa, secretário-geral do Partido Socialista, disse que Lisboa foi o único concelho do país a fazer a reforma administrativa, por iniciativa própria. Quanto ao Tribunal é um

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assunto a discutir, recordando que António Costa, enquanto ministro da Justiça, não fechou nenhum Tribunal.-----

----- Relativamente à intervenção de José Augusto Sousa, que saía do seu âmbito de intervenção, mas que a documentação dos concursos públicos era preparada pelos técnicos, assim sendo, não era uma decisão política nem este era o fórum para lançar suspeitas e que o presidente estava acima de qualquer suspeita.-----

----- **Presidente da Câmara:** Relativamente a António Costa disse ter vindo a Paredes de Coura em campanha eleitoral.-----

----- Quanto à questão da liderança do Partido Socialista, solicitou aos membros que se preocupassem mais com a vida concelhia do que com a vida nacional do Partido Socialista.-----

----- Considerou as insinuações de José Augusto Sousa uma nova forma de o PSD estar na Assembleia. Disse nunca ter ouvido, em relação ao ex-presidente, fazer este tipo de alusões, que apelidou de infelizes, sub-reptícias, maliciosas e sem fundamento, porque, quanto à questão da contratação pública disse ser assunto dos técnicos, com um júri independente e no qual não se imiscuía. Acrescentou que se pretendesse fazer insinuações diria que quem representa os empreiteiros que perdem é o membro José Augusto.-----

----- Abominou as suas insinuações de desonestidade e convidou José Augusto Sousa a consultar os processos, caso encontre ilegalidades remeta para o Ministério Público. Considerou ainda a insinuação, no contexto da política, a arma mais baixa e vil que podia utilizar.-----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Disse não ter posto em causa a seriedade do Presidente, nem ter pretendido fazê-lo. Pediu-lhe, apenas, que não se deixasse envolver nesse tipo de coisas, dando a sugestão de que revisse os preços base, considerando não ser normal que em determinado concurso, todos os candidatos, à exceção de um, dessem preço equivalente a sessenta por cento do preço base.

----- Disse ainda não ter tido este tipo de intervenção antes, porque a legislação entretanto mudou. Agora, com a análise dos factos, considerou haver situações preocupantes e que não gostaria de ver Coura envolvida, mas que não atribui esta responsabilidade ao presidente da Câmara.-----

----- **João Paulo Alves (PCP):** Questionou José Augusto Sousa de que se não responsabilizasse o presidente quem responsabilizaria?-----

----- Lembrou que há algum tempo, alguém com responsabilidade havia dito de que se não devolvessem o Tribunal ao concelho, iria tirar consequências políticas disso. Disse ainda que se António Costa for eleito, nas próximas legislativas, tem o dever de reabrir o Tribunal, porque esse é o direito elementar de cada concelho e esta é a promessa mais básica que espera dele.-----

----- **Manuel Miranda (PS):** Disse ficar estarecido com a posição de José Augusto Sousa e de estar certo de que se irá arrepender do teor das palavras proferidas, se já não estava naquele momento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lamentou o momento escolhido para o fazer, no “período de antes da ordem do dia, nas intervenções políticas”, mas quando se fazem insinuações desta natureza, deve-se apresentar factos, convidando-o, se os tem, que os apresente, senão o melhor é retratar-se publicamente. Considerou as suas palavras um atentado ao poder e ao carácter e de que nunca tê-las ouvido nesta assembleia.-----

----- Disse ainda que José Augusto está a tentar, pela política, denegrir o Presidente e a sua equipa de forma vil, por isso solicitou que a Assembleia se reja e se norteie por momentos de discussão sadia e não resvalar para esta atitude a que não estavam habituados e que apenas revela nervosismo. -----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Disse que o Partido Socialista estava a ser manipulado para este dramatismo todo, mas que de facto, tudo o que disse, não põe em causa nem o presidente, nem a Câmara, mas um conjunto de situações, para as quais volta a alertar, a necessidade de um cuidado acrescido na elaboração dos preços base, para evitar este tipo de leituras. De que nunca houve intenção de colocar em causa, mas de alerta, sendo a obra a que se refere a do alargamento do acesso à zona Industrial de Formariz.-----

= ORDEM DO DIA =

= INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO =

Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.-----

----- **Presidente da Câmara:** Quanto à situação financeira disse estar exposta na página vinte e seis do documento enviado e caso haja dúvidas, dispôs-se a esclarecê-las. Que os dados são relativos ao dia dez de dezembro e já devem estar desatualizados. Disse ainda que a informação escrita está clara e objetiva.-----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Alertou para muro desmoronado numa curva da estrada de Infesta, na sequência de um acidente, que ainda não foi reconstruído. Alertou também para a necessidade de corrigir o cruzamento da estrada nacional da Zona Industrial de Castanheira, referindo que quem vem de Chavião não consegue sair a não ser que ande ao contrário na rotunda, bem como para quem segue em direção à Vila.-----

----- **Presidente da Câmara:** Registou os alertas e propôs-se a estudá-los de imediato e, sendo casos que revelem pertinência, a resolvê-los.-----

= REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL =

Ponto n.º 2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Estiveram presentes a Arquitecta Isabel Matias, da Vastus Ld.^a, responsável pela elaboração da revisão do PDM e a Arquitecta Eduarda Fontelo, técnica do Município, para apresentarem o documento e prestarem os esclarecimentos que fossem solicitados. -----

----- **Arq. Isabel Matias**, na apresentação do PDM de Paredes de Coura falou da burocracia do processo não só em Paredes de Coura, mas em todo o País. Que a atual fase é de transição e de aprovação dos planos que estão ainda em revisão. Chamou a atenção para a política do ordenamento do território que está estruturada em três níveis: nacional, regional e municipal e da necessidade de articulação com as leis e regras existentes para todo o território nacional, bem como de uma escala de informação que é gerida pela autarquia. Que a nível municipal, o PDM constitui um instrumento de ordenamento, organização, ocupação e utilização do solo, que não se traduz apenas as regras da edificabilidade do solo, embora essa seja uma das questões principais e a que mais preocupação gera na população. E alertou ainda para a importância de se ter em consideração outros elementos que fazem parte integrante do PDM, nomeadamente: o programa de execução e o plano de financiamento, que estabelece um conjunto de ações e propostas, que refletem a estratégia municipal, servindo de suporte para as propostas ao nível da intervenção no solo urbano e intervenção de obras públicas e ambiente. -----

----- Referiu que os planos diretores têm de cumprir a Lei de Bases do Ordenamento do Território, agora, intitulada “Lei de Bases da Política Pública de Solos e Ordenamento do Território e Urbanismo”, que engloba a lei dos solos, a do ordenamento do território e a do urbanismo, tornando-a num instrumento mais abrangente. Regula também o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), que engloba os planos diretores municipais, planos de pormenor e planos de urbanização, Dispõe ainda de uma série de regras e normas que é obrigatório acatar. Assim, embora o plano diretor seja da competência da Câmara Municipal, tem de ter em consideração as normas nacionais vigentes. No âmbito do PDM, é estabelecida a estratégia de desenvolvimento do território, as áreas prioritárias, designadas de unidades operativas de desenvolvimento e gestão, cuja autarquia deve implementar com a elaboração de outros planos, com maior detalhe, tais como planos de urbanização ou planos de pormenor. Dentro dessa complexidade de normas e leis que é obrigatório cumprir, também é necessário obedecer à Lei de Bases e ao RJIGT, bem como, respeitar um conjunto de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, designadas de forma genérica por condicionantes, tais como, as condicionantes de nível nacional: RAN e REN em que autarquia participa na sua elaboração/revisão mas, conjuntamente com os organismos da tutela. Acontecendo o mesmo com a abordagem à matéria das florestas, designadamente com as áreas sujeitas ao de Regime Florestal, áreas das classes de perigosidade de incêndio, áreas florestais percorridas por incêndios. Acresce também o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alto Minho (PROT), cujas normas também foram transportas para o PDM. -----

----- Para além das normas elencadas e que é obrigatório acatar, referiu que foi feita uma análise territorial pela equipa responsável pela revisão do PDM, intitulada Estudos de Caracterização, que se

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

traduz no levantamento do território nas suas várias vertentes: físicas e humanas, estrutura de povoamento, no fundo, tudo o que caracteriza o território, de modo que a proposta seja a mais consentânea com aquilo que é a realidade municipal. -----

----- Frisou a importância e a urgência de aprovar o PDM, porque a Lei de Bases, que entrou em vigor em maio, prevê que, caso os processos de revisão do PDM não sejam aprovados até ao fim de junho de 2015, os municípios perdem o acesso aos fundos comunitários. Para além disso, sairá, brevemente, um novo regime jurídico, que alterará a classificação do solo utilizada na presente revisão do PDM de Paredes de Coura e que obrigaria a uma atualização e reformulação profundas nas classes e categorias de solo. -----

----- Referiu que uma das características da Lei de Bases em vigor era a restrição da capacidade de construção em solo rural em qualquer das suas categorias, razão por que procuraram alargar o perímetro urbano dos aglomerados existentes. Recordou ainda que em algumas sedes de freguesia, de acordo com o PDM em vigor, embora tenham áreas com capacidade de edificação, os destaques de parcelas não são permitidos nem são considerados solo urbano. As freguesias podem ser pequenas, mas onde existe um lugar central, infraestruturado, com alguma atividade seja social ou comercial, com alguma história, estrutura de povoamento, deverá ser definida como área urbana. -----

----- Fez referência a outros trabalhos complementares, dando o exemplo da atualização da cartografia, referindo que o concelho de Paredes de Coura, apesar de pequeno, teve, nas últimas décadas, uma grande dinâmica urbanística, a nível de construção. Assim, todas as edificações que aparecem na nova cartografia resultam de um levantamento exaustivo que ajudou na definição quer do sistema urbano municipal, quer da estrutura de povoamento. -----

----- De acordo com a definição no PROT, define-se como aglomerado rural um conjunto com mais de dez casas. Esses conjuntos têm uma estrutura urbana, pelo que em termos de regulamento, se define uma capacidade construtiva de quarenta ou sessenta por cento, consoante se trate de Aglomerado Rural ou de Área de Edificação Dispersa. -----

----- **Arq. Eduarda Fontelo:** Explicou a possibilidade de construção, em solo rural, de quarenta a sessenta por cento, da área do lote, com o benefício que se estende, para além da habitação, ao comércio e serviços, com permissão das licenças de autorização mistas, ou seja, a habitação com indústria, desde que compatível, dando como exemplo, a fabricação dos biscoitos de milho, compotas, uma pequena carpintaria, serralharia. Assim, é permitido o comércio e serviços quer nos aglomerados rurais, quer em área de edificação dispersa, tendo ainda a possibilidade de destaque, desde que respeitadas as normas definidas no presente regulamento. -----

----- **Arq. Isabel Matias:** Recordou que nas cartas do relatório de fundamentação consta o aumento do solo urbano realizado, embora nas reuniões efetuadas, as entidades da administração central, tenham referido que o concelho de Paredes de Coura tem a população a diminuir e a área urbana a aumentar. A equipa sempre defendeu que a estrutura do povoamento minhoto tem a tradição de se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desenvolver por lugares, de forma concêntrica, deixando o espaço para a agricultura, horta ou pequena exploração agrícola em seu redor, pelo que é necessário alargar os perímetros urbanos tendo esse aspeto particular presente. -----

----- Referiu que, regra geral, o solo urbano era de 4,6% do território total do concelho, passando agora, para 8,7%. Que o solo rural inclui as categorias de aglomerados urbanos rurais e de áreas de edificação dispersa. Reconfiguraram os aglomerados e os perímetros urbanos existentes, com o sistema de SIG do Município recordando que há vinte anos o solo rural era composto por noventa e cinco por cento do território courense, sendo atualmente de noventa e um por cento, constatando-se um aumento real do solo urbano. Assim, o objetivo foi, de facto, a partir do núcleo urbano existente do PDM anterior, aumentar o aglomerado urbano. -----

----- Como a nova lei ia ser mais restritiva na globalidade do solo rural, para contrariar a dispersão casuística, que não gera urbanidade, foram assinalados os núcleos e sedes de freguesia, que no PDM anterior tinham área urbana, de per si, e aumentar o perímetro dessas áreas para a Câmara poder, também na sua programação, infraestruturar, o que já em fazendo ao longo destes anos. O abastecimento de água já tinha uma rede bastante consolidada e foi necessário alargar os perímetros para dentro dessa área urbana, ou seja, efetuar a consolidação dessa estrutura urbana. Foram-se, assim, reagrupando e consolidando os pequenos lugares. Como existe uma preocupação com os recursos naturais agruparam-se os recursos paisagísticos em presença, tais como a floresta, reserva ecológica, toda uma série de reservas presentes no território e dar-lhes continuidade. Sempre que se aumentou o solo urbano também se aumentou a reserva agrícola nacional e desafetaram-se áreas de reserva agrícola nacional em solo urbano. Tenta-se dentro da perspectiva de consolidação dos lugares, dar mais capacidade construtiva nas áreas urbanas, aumentar a sua envolvente, e, nas bordaduras do solo rural, manter o solo agrícola. O objetivo foi ordenar o território do ponto de vista da espacialização das grandes áreas: o que é agrícola e o que é florestal. Há que manter agrícolas e florestais de forma a dar dimensão, já que o solo é muito disseminado e não há áreas para grandes explorações agrícolas. -

----- Disse querer fomentar a utilização do solo agrícola e querer que o desenvolvimento do concelho se faça dentro da economia e dos recursos endógenos, daquilo que existe e na verdade, também permitir aqui a instalação de outras atividades económicas: o cabeleireiro e o serralheiro, etc. Essa organização funcional foi efetuada na presente proposta. -----

----- Efetuaram, também, a sistematização das áreas urbanas que já existiam no PDM, dentro das várias categorias, previstas na legislação em vigor, e que dão origem a aglomerados no Plano Diretor em revisão. Que não trazem problema nenhum em termos do sistema urbano, uma vez que a área mais urbana se encontra no centro da estrutura, numa cota intermédia, ou seja numa orografia mais favorável à ocupação humana. -----

----- De seguida apresentaram os slides que constam no relatório de fundamentação da proposta de ordenamento. -----

----- Disse que esta foi a justificação que também tiveram de apresentar à Administração Central, visando justificar o aumento do solo urbano. Deram como exemplo a ocupação na área de Mozelos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

onde existe uma série de lugares/aglomerados que estão fora do perímetro urbano, uma vez que estão classificados, no PDM em vigor como área de construção condicionada e passam, no PDM em revisão, a incluir-se em categorias de ocupação urbana ou rural, uma vez que têm mais de dez casas.-----

----- As ferramentas atuais, nas quais se incluem a informática, permitem um cruzamento da informação da gestão urbanística sistematizada pelos serviços do município que muito contribuíram para a solução final.-----

----- **Arq. Eduarda Fontelo:** Disse que muitos destes aglomerados, em solo rural, surgem daqueles famosos nomes: áreas complementares agrícolas em que áreas com 2000 m² são consideradas solo rural, caso em que já se podia construir uma habitação, mas não permitia o comércio, não podiam destacar, e foram-se criando alguns aglomerados que agora foram reorganizados, identificados e delimitados como Aglomerados Rurais ou Áreas de Edificação Dispersa, mas era com os famosos 2000 m² e 5000m², que se estava a invadir a floresta e a agricultura e o PDM de 1995, assim o permitia. Hoje em dia, não. Ou é realmente aglomerado, estrutura urbana ou rural, ou então são mesmo áreas que têm de ficar libertas para a agricultura e para a floresta como modo de a valorização desses solos, quer seja um projeto turístico, quer seja, uma exploração agrícola, mas com a preocupação máxima de valorização do solo. A moradia de per si, sem mais nenhuma atividade associada, não “cabe” em espaço agrícola ou florestal. A pequena moradia insere-se nos aglomerados do solo rural, quer seja ele aglomerado rural ou área de edificação dispersa, devendo o restante solo ser libertado para a agricultura, floresta ou atividades complementares.-----

----- **Arq. Isabel Matias:** Quanto ao que é urbano, e que vai para solo urbano, e o que é rural, vai para o solo agrícola, decorre da Lei de Bases que dita orientações um pouco por todo o País. _____

----- De seguida fez a comparação entre o PDM em vigor e a revisão do PDM, em diversas freguesias, cujas cartas se anexam a esta ata e dela ficam a fazer parte integrante. -----

----- Sistematizando, disse que dentro do solo rural as categorias propostas, de acordo com os Decretos Regulamentares n.ºs 9 e 11, de 29 de maio de 2009, e dando como exemplo, os espaços naturais, categoria que existia anteriormente, mas onde não se permitiam obras de construção, permite-se, atualmente, a sua ocupação para infraestruturas e equipamentos de educação ambiental. Apesar da contestação da Comissão de Coordenação, conseguiu-se levar avante esta perspetiva e o entendimento desta realidade. Assim, a proposta de ordenamento foi aprovada com a intervenção da diretora regional que percebeu a lógica da estrutura do povoamento no aumentar do solo urbano para libertar aquilo que são recursos naturais do território, que têm de se aproveitar de alguma maneira. -----

----- **Presidente da Câmara:** Agradeceu a exposição sintética, objetiva e esclarecida das Arquitectas Isabel Matias e Eduarda Fontelo.-----

----- Considerou que o PDM pode não ser um documento simpático, porque muitas pessoas pensam que o direito de edificação decorre diretamente do direito de propriedade. Questionam como não é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possível poder edificar livremente num terreno que lhe pertence. Mas a lei e o direito determinam que tem de haver um equilíbrio entre o interesse individual e o interesse público. Convidou a que fizessem um raciocínio simples: "Imaginar o que seria o nosso território se não existissem quaisquer constrangimentos aos interesses individuais de construção": Disse que não compreenderia que os detentores de propriedades não tivessem direitos de edificação, a favor de todos os direitos ligados à ecologia, natureza, reservas agrícola ou ecológica. Assim, o PDM faz esse equilíbrio, ordena, planifica e enquadrada as expectativas humanas sobre o território, que é uma condição do investimento, da criação de riqueza, ao mesmo tempo que controla a especulação imobiliária. -----

----- Referiu também que a aprovação deste PDM protege o desejo de edificação das pessoas uma vez que a nova lei dos solos imporá mais restrições construtivas. Considerou que este PDM é amigo da construção, mas de uma construção controlada, ordenada e responsável e protege o solo agrícola, que é uma riqueza estratégica para qualquer país e que para nós é uma prioridade. -----

----- Referiu ainda que neste PDM a área de construção aumentou. As pessoas ganham capacidade de construir, mas mais organizada. A construção é tanto mais fácil quão mais consolidados os núcleos populacionais. Ainda assim é possível construir nos aglomerados dispersos, ou seja nos pequenos lugares que ocupam grande parte do nosso território para além da beleza paisagística que têm. Nas aldeias, o índice de construção pode chegar aos sessenta por cento e até serem feitas edificações ligadas ao comércio e serviços. -----

----- Frisou ser importante esclarecer que hoje as áreas mínimas para construir foram substituídas pelos índices de construção que indexam a capacidade de construir à área existente e não a um mínimo imposto por lei, como acontecia no antigo plano diretor. -----

----- Em síntese, disse que este PDM acautela a possibilidade de edificação para fins económicos (agricultura e comércio) e aumenta a capacidade de construção nas áreas já consolidadas, evitando a depreciação da paisagem, um valor inestimável ao mesmo que protege o solo agrícola da predação construtiva sem controlo. -----

----- Assim, por estas razões a Câmara Municipal aprovou a proposta de revisão que agora é apresentada a esta Assembleia que para responsabilidade e salvaguarda do interesse municipal poderá aprová-la pondo termo a uns longos anos de trabalho. -----

----- Disse ainda ter o prazer de anunciar que foi com alegria que soube que a arquiteta Isabel Matias, especialista em planeamento e responsável por muitas revisões de PDM de municípios vizinhos, comprou uma propriedade e casa para fazer investimento agrícola, em Coura, o que prova que a nossa terra é muito bonita e atrativa do ponto de vista económico. -----

----- Considerou que este PDM cumpre o propósito de fazer com que no futuro a nossa terra tenha características únicas, que suscite o interesse económico e crie paixão nas pessoas. Um PDM bem feito como este, mesmo sujeito a um quadro legal exigente, continua a velar pelo interesse estratégico da nossa terra -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Por fim, agradeceu a todos os vereadores, às arquitetas Eduarda Fontelo e Isabel Matias e a todos os técnicos do Município que muito se empenharam para que esta trabalhasse chegasse hoje a bom porto. -----

----- Foi autorizado, por unanimidade, o prolongamento dos trabalhos, para além da hora de encerramento (24,00 horas).-----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Disse registar com agrado que muitas das sugestões feitas no passado fossem salvaguardadas no documento. -----

----- Questionou sobre a competência da Assembleia para alterar o documento em discussão. Só para não haver dúvidas, disse, porque atempadamente o PSD propôs que a Assembleia Municipal pudesse contribuir para melhorar a proposta de revisão do PDM agora colocada para aprovação. O Partido Socialista não quis esta discussão, e acaba por concordar plenamente com a proposta apresentada. -----

----- Curiosamente e após a esta assembleia, alguns membros eleitos pelo Partido Socialista solicitaram a revisão, sem êxito, de algumas condicionantes. Agora, a Assembleia Municipal, aprova ou recusa, não sendo permitido efetuar alterações. Disse não compreender bem os poderes da assembleia, concluindo que a proposta de discussão apresentada pelo PSD, era absolutamente pertinente e serviria de pressão perante as outras entidades. O Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Socialista são também responsáveis por não terem solicitado que a Assembleia Municipal se pronunciasse atempadamente, ou seja, em período de revisão. -----

----- Quem se quiser dar à curiosidade e ao trabalho, confirmará pela leitura de outros PDM, a diversidade dos coeficientes e das condicionantes, com certeza todas dentro da Lei. Recordou, mesmo assim, que foram consagradas algumas questões que os vereadores do PSD, conforme se pode constatar na ata 26/2005, tinham referido. Contudo, considera que a proposta do PDM vai acentuar a desertificação do nosso meio rural, desincentivando os jovens a manter-se nas freguesias e a promoverem o meio rural, como elemento essencial e complementar do rendimento da população. A intensificação da desertificação neste cenário, será muito da responsabilidade do Partido Socialista, quer dos seus elementos da Câmara, quer da Assembleia Municipal, caso este documento seja aprovado. -----

----- Em todo o caso, disse haver liberdade de voto, dentro do PSD, para o documento. -----

----- **Rosalina Martins (PS):** - Relativamente ao PDM, disse ter lido a Lei de Bases Gerais da Política de Solos, Ordenamento, atualmente em fase de regulamentação. Que José Augusto Sousa veio mais uma vez dar uma visão maniqueísta do mundo dos bons e dos maus, ou seja, do PSD que são os bons e os do PS, os maus que até vão aprovar este Plano Diretor Municipal que, vai trazer graves consequências para o concelho, a saber, a dificuldade de fixação da população jovem e a questão da desertificação. No entanto, a área urbanizável do PDM aumenta, só que de forma ordenada e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regulada. Lembrou que é necessário olhar para as propostas com seriedade e que já reconheceu, algumas vezes, que algumas coisas podiam ter sido feitas de maneira diferente. Entende que o PSD não pode ter dois discursos diferentes, um para o País e outro para Paredes de Coura. Em primeiro não pode ter um discurso contra a Lei da República. -----

----- Da lista dos pedidos de revisão, todos os deferimentos e indeferimentos foram feitos de acordo com a Lei. Portanto, não deve pedir, para nesta assembleia, votar contra aquilo que está plasmado na Lei, disse. -----

----- Referiu ter lido na Lei de Bases, a obrigação de todos os municípios adaptarem os planos diretores municipais, o que obrigará a adotar a cumprir e adotar os índices legais. -----

----- Considerou uma contradição no seu discurso, o de estar sempre a falar que a agricultura e a gestão do território são tão importantes, que estamos em tempo de crise, que têm de racionalizar custos, que têm de olhar o interesse público, completamente de acordo. Agora, se calhar falar da proliferação de urbanização quando, sobretudo na década 60, não especificamente em Coura, e se calhar em Coura também, e em todo o país se assistiu a uma construção mais ou menos desenfreada e irregular. Estas situações obrigam a infraestruturar, abastecimento de água, rede de energia elétrica, saneamento básico, e gastar muito dinheiro ao erário público, critério que deve ser tido em conta. ----

----- Outra contradição é a agricultura. Há já exemplos paradigmáticos de sucesso. Se se deve apostar na agricultura não se pode promover uma política de desafetação dos solos da agricultura para construção. -----

----- Portanto, tendo em conta que este é um documento técnico muito bem feito, que atendeu a todas estas questões, da reserva agrícola, da reserva ecológica, cumpriu todos os pressupostos legais, anunciou que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente este Plano Diretor Municipal. -----

----- Por fim, recordou a José Augusto Sousa que enquanto vereador, assistiu a muitas discussões do PDM, e numa reunião de 2005, o PSD questionava a equipa do PDM sobre como é possível apresentar-se como potencial de construção habitacional áreas sem infraestruturas, sem construções em redor, deslocadas dos centros das freguesias e com área atual altamente florestada. -----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Fazendo referência à ata da reunião da Câmara nº 26/2005, disse que essa deliberação decorreu de uma outra proposta de revisão do PDM, exatamente pelas questões que o PSD levantava para serem estudadas. -----

----- Nessa altura, foi possível discutir e foi possível reorganizar de novo a proposta. E de facto, tal como o vereador Décio Guerreiro havia dito, grande parte daquilo que aparentemente parece como acréscimo de solo urbano, já é solo urbano. Já lá está. Que aproveitaram para regularizar determinados solos que ainda não estavam incluídos. -----

----- Ao nível das habitações e baldios ainda há muita coisa para falar e espera que desta vez isso fique regularizado. Considerou que as questões fundamentais, olhando para toda a deliberação, já nessa altura estavam identificadas, assim era importante reler toda a ata e não só uma parte. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Em todo o caso e como na altura também foi discutido, e sempre foi discutido nas reuniões do PSD, tem que escolher se querem uma “alentejanização” do alto Minho ou não. Só se deve construir, e na minha declaração de voto está lá, nos centros das freguesias ou nos núcleos de expansão das freguesias ou não. -----

----- Mas foi defendida uma centralidade. No entanto, ainda bem que pode ser mais incentivada a construção nestes núcleos, já que aos prédios urbanos, é possível reconstruí-los e aumentá-los até, salvo erro, mais cinquenta por cento, ou mesmo, cem por cento. Assim disse não defender esta posição, porque o que caracteriza o Alto Minho é o povoamento disperso. E que embora tenha custos deve ser contemplado pelo Orçamento de Estado. -----

----- **Manuel Miranda (PS):** Disse que a atual proposta do PDM dava uma nova dimensão ao concelho. Vivemos num território de baixa densidade, cada vez mais envelhecido e a vantagem do PDM, que ainda não foi reconhecida, é o conceito de proximidade, uma vertente social, corroborada na proposta. Não só a poupança económica, mas o aproximar das pessoas, como uma forma mais fácil de prestar cuidado, nesta fase em que o Governo fecha tudo o que é espaço de cuidar. Numa fase em que os hospitais têm ordem de mandar os doentes para casa, sejam de que idade forem, temos, cada vez mais, de olhar à proximidade, à vivência em comunidade e este PDM traz essa vantagem. Portanto o Partido Socialista não promove a desertificação, mas antes uma maior organização do território, promove a aglomeração de terrenos de baixa densidade e promove a socialização da população de Paredes de Coura. Por isso, o Partido Socialista votará a favor, considerando que a escolha é de socialização, de olhar para um futuro mais humano, mais social e mais solidário. -----

----- **Dinis Fernandes:** Questionou que se o solo urbano era de 4,6% e vai passar para 8,7% e se o solo rural era de 95,4% e vai passar para 91,3%, disse não estar a ver qual a percentagem de área de construção perdida na zona rural e olhando para esses números disse poder garantir que há uma perda muito grande e significativa de solo urbano. Perguntou se essas contas foram feitas ou não. -----

----- **Arq. Isabel Matias** Disse que a Lei de Bases em vigor define o solo rural, define a classificação básica do solo, ou seja, o solo rural é para as atividades que diz respeito ao mundo rural e, solo urbano é para a edificação. A gestão atual do território não permite que no solo rural se edifique em todo o lado. Que existem áreas de reserva agrícola e que essas contas nunca podem ser feitas porque isso é dizer que no solo rural se pode urbanizar. -----

----- **Décio Guerreiro:** interveio, com autorização do Presidente da Câmara, com uma questão prática: “Se uma família construiu uma casa num solo florestal, usou uma área de cinco mil metros. Agora, que essa área foi incluída em zona urbana, pergunta se pode destacar-lhe uma parcela com quinhentos metros, para construir outra casa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Arq. Isabel Matias:** Confirmou dizendo poder construir. Que o PDM de 1995 permite a construção, mas não permite o destaque na área de construção condicionada.-----

----- **Submetida à votação, a proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura, foi aprovada por maioria com 26 votos a favor, sendo 18 do PS, 7 do PSD e 1 do PCP; 4 abstenções do PSD; 1 voto contra do PSD (Dinis Fernandes).**-----

----- **Esta parte da ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, para que possa produzir efeitos imediatos.**-----

= OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CM PARA 2015 =

Ponto n.º 3 - Apreciação, discussão e votação de proposta de Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal, para o ano de 2015.-----

----- **Presidente da Câmara:** Questionando o que era o orçamento, considerou que para muita gente não passa de um exercício contabilístico. Para outros, não passa de um conjunto de propostas que, independentemente do mérito destas, são sempre objeto de crítica. Disse não pretender, com isto, dizer que as suas propostas não possam ser objeto de críticas, até porque acredita que o Executivo não é dono da verdade financeira ou da verdade do desenvolvimento.-----

----- No entanto, o que defende neste orçamento é que é aquele que melhor serve os courenses. Porque antes de pensar em *slogans* para os jornais ou em frases rebuscadas, pensa nas pessoas. No seu pequeno percurso político aprendeu rapidamente que não se pode pensar em projetos futuristas, que muitas vezes não passam disso, sem pensar na vida das pessoas. Naqueles que todos os dias se levantam e que o seu rendimento depende do dinheiro que tem em caixa ao fim do dia.-----

----- Disse poder e gostar de pensar em projetos que poderão revolucionar a vida de Paredes de Coura mas têm sempre presentes os pequenos problemas, as pessoas que ao pé de sua casa tem uma estrada cheia de buracos e quase intransitável-----

----- Consideram que a rede viária do concelho ou o desemprego das pessoas são desafios tão grandes como o projeto mais revolucionário.-----

----- Este é o orçamento elaborado novamente para as freguesias. Irão investir nas freguesias quase um milhão e trezentos mil euros, repartido pela rede viária e acordos de execução. Querem freguesias desenvolvidas com bons padrões de desenvolvimento e qualidade de vida.-----

----- Consideram que a melhor forma de preparar o futuro de Coura é investir na cultura e na educação. Colaborarão com todas as instituições do nosso concelho para os ajudarem a construir um futuro bom para as nossas crianças, jovens e idosos. A cultura e a educação são a melhor forma de preparar o futuro dos nossos filhos como são instrumentos capazes de dinamizar economicamente a nossa terra. Nunca gastarão dinheiro em cultura e na educação, apenas investem. Neste orçamento investirão na cultura e da educação cerca de dois milhões e noventa e quatro mil euros. Subiram o investimento de doze para dezasseis por cento.-----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Outra situação preocupante é o desemprego. É a melhor forma de combater este flagelo é através da abertura de novas fábricas. Irão continuar a estratégia de captação de investimento. Irão ampliar a zona industrial de Formariz e requalificar a área industrial de Castanheira. Irão criar condições únicas para captar mais empresas para Paredes de Coura. A melhor forma de fixar jovens ao território e combater o grande flagelo que é o desemprego é através da criação postos de trabalho. Estão também interessados em repensar o planeamento da vila mas isso dependerá mais dos apoios comunitários do que da sua vontade. Porque sem dinheiro, as ideias por mais uteis e rentáveis que sejam para a comunidade têm mais dificuldades em serem concretizadas. Mesmo num contexto de crise e de falta de apoios, procurarão defender os interesses dos comerciantes porque ao mesmo tempo estão a defender os interesses de muitas famílias. -----

----- As famílias são uma preocupação, por isso, em colaboração com outras instituições, continuarão a estar atentos aos que mais sofrem e aos que mais precisam. O Gabinete de Ação Social do Município vai continuar com o seu bom trabalho. -----

----- É um orçamento para as pessoas, para aquelas que mais precisam, é um orçamento para as famílias. E a melhor forma de acudir aos que mais precisam é através da criação de riqueza que passa pela atração de investimento, pela criação de postos de trabalho, pela aposta na cultura e na educação, pela requalificação urbana, pelo apoio aos comerciantes, pelo repensar da mobilidade urbana e pelo asseio da nossa vila-----

----- Queremos, pois, um concelho mais próximo das famílias, mais empreendedor, mais inclusivo, mais sustentável e mais aberto ao mundo. -----

----- Por fim, disse que iria continuar com a atitude de rigor financeiro sem colocar em causa o investimento e a responsabilidade social. É, por isso, um orçamento ponderado mas amigo do investimento. -----

----- O orçamento de 2015 prevê as verbas necessárias para os compromissos assumidos com os empréstimos contraídos, continuando a redução do valor da dívida do município. -----

----- Esta redução, no próximo ano, será idêntica à realizada este ano, num montante próximo de um milhão e duzentos mil euros. -----

----- **Eduardo Daniel Cerqueira (PS):** Argumentando ser um Orçamento de equilíbrio, de rigor e de seriedade, disse que a bancada do Partido Socialista votaria favoravelmente. Fez referência à verba destinada às atividades culturais. Paredes de Coura é conhecida a nível nacional e internacional pelos eventos culturais que vai realizando. O “Mundo ao Contrário” que se realizou no verão, permitiu outro acontecimento que está a decorrer e mantém os jovens ocupados, nas férias do Natal, - “Natal Encantado”; a rua Conselheiro Miguel Dantas apresenta uma ornamentação natalícia que se destaca de anos transatos; as atividades da Lego, durante a exposição do “Arte em Peças”; as férias no CEIA; o ensino da Música pela Academia de Viana do Castelo, nas escolas. Falou ainda da promoção do ensino do Inglês, da Música e da expressão dramática nas escolas e jardins-de-infância, do concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aludiu ao evento pioneiro que tem destacado Paredes de Coura em diversos meios da comunicação social - “A Escola do Rock” e ainda à comemoração dos quinhentos anos do Foral, no ano de 2015. ---

----- Por fim considerou a cultura não como arma de arremesso político mas como forma de distinguir e de cultivar, nunca de divisão. Tal como foi dito pelo Presidente, o amor a Coura tem que estar sempre em primeiro lugar e é o amor a este território com alma que nos levará a sermos diferentes. ----

----- **José Augusto Sousa (PPS/PSD):** Disse que há um ano atrás, entre o período da tomada de posse e a apresentação deste documento seria impossível mudar o quer que fosse, todavia, aguardava com expectativa, que este orçamento trouxesse um novo *élan* a Paredes de Coura.-----

----- Considerou a Escola de Línguas a única atividade de novo, já que o apoio social e o apoio à cultura eram as “*pedras mestras*” da Câmara anterior. Disse não haver nada de novo, exceto algum reajuste em relação a algumas verbas. Quanto à promoção, ao apoio ao desenvolvimento, à autorização dos meios fiscais para promover o desenvolvimento económico, não viu nada. Que nada havia para potenciar o desenvolvimento económico. Disse ter ficado negativamente surpreendido pela falta de ambição, de esperança e de motivação para aumentar o rendimento dos courenses. -----

----- Questionou sobre a falta de referência ao evento a Escola do Rock. -----

----- **João Paulo Alves (PCP):** Prevendo que o atual executivo não mudasse tudo no primeiro ano, entende que devia ser mais exigente. Assim, disse constatar que nada diferenciava este orçamento do executivo anterior, que tinha a mesma linha de continuidade, caracterizado por um aumento do diferencial entre as receitas e as despesas correntes, considerando, ainda, como o aspeto mais significativo das Opções do Plano o grande aumento do investimento que traz na área cultural. -----

----- Quanto à ação social, diminuiu o investimento, não se notando, nesta área, uma aposta significativa. Disse constatar que em termos de investimento agrícola e florestal não se vislumbra uma aposta concelhia. -----

----- Comparou os orçamentos das autarquias da Comunidade Intermunicipal do Minho Lima e verificou que Paredes de Coura se caracteriza pelo valor orçamental mais reduzido.-----

----- Considerou uma grave lacuna deste Orçamento não prever nenhum projeto de rede intermunicipal. -----

----- Por fim, manifestou inquietação pela exiguidade da verba atribuída à Associação dos Bombeiros Voluntários de Paredes de Coura, que com esta crise atravessa graves dificuldades financeiras, considerando-a uma associação merecedora de uma verba superior. -----

----- **Presidente da Câmara:** Disse que a comparação dos orçamentos era desapropriada. Não reconheceu pertinência às críticas acrescentando que algumas resvalavam para a demagogia. Em relação à ação social, previram quatrocentos mil euros. Quanto aos gastos na cultura, disse não ter quaisquer dúvidas, considerando a cultura, o fator que diferencia as pessoas. Que vê com muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agrado a preocupação dos presidentes de junta na recuperação das escolas, para as destinar a fins culturais. Que é bem gasto o dinheiro na cultura, no conhecimento, na educação. -----

----- Relativamente ao apoio aos Bombeiros, questão levantada por João Paulo Alves, disse que acompanhava os seus problemas e as suas dificuldades: Que quando for preciso falar em questões financeiras não é necessário fazer política com os Bombeiros, concordando ser uma forma de pressionar. -----

----- Quanto à agricultura, disse que a plantação de esponjas resulta de um contacto arranjado em Caldas de El Rei, Espanha. -----

----- Será protocolado com a EPRAMI a montagem de um laboratório e serão feitas análises aos solos, sendo que tudo isto não é nada de deslumbrante face ao que pretende fazer. -----

----- Relativamente às palavras de José Augusto Sousa, disse não as achar pertinentes e que, mais uma vez, se manteve no campo da insinuação. Quanto à atividade da “Escola do Rock”, disse estar devidamente enquadrada e que cumpriu os requisitos legais. Comprometeu-se a enviar-lhe a documentação sobre este assunto. -----

----- **João Paulo Alves:** Referiu que devem ter percebido o trabalho que teve para analisar o orçamento. Que, enquanto fez política orçamental com números o presidente da Câmara fê-lo com palavras, mas que o orçamento tem mais número do que palavras. -----

----- **Submetida à votação, a proposta de Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal, para o ano de 2015, foi aprovada por maioria com 24 votos a favor, sendo 18 do PS, 06 do PSD; 05 abstenções do PSD; 02 votos contra 01 do PSD (Dinis Fernandes) e 01 do PCP (João Paulo Alves).--** -----

----- O representante do Grupo Municipal do PSD apresentou uma declaração de voto que se anexa à presente ata e dela faz parte integrante. -----

----- **Esta parte da ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, para que possa produzir efeitos imediatos.** -----

= EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO =

Ponto n.º 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de contração de empréstimo de curto prazo até ao limite de € 250 000,00, para o ano de 2015. -----

----- Presidente da Câmara: Informou ser um empréstimo que é habitual contrair. No ano anterior foi de seiscentos mil euros, este é de duzentos e cinquenta mil euros. Será para acudir a necessidades urgentes, porque, cada vez mais, as transferências dos fundos comunitários se atrasam. Assim sendo, se necessário recorrer-se-á a ele. -----

----- **Submetida à votação, a proposta de contração de empréstimo de curto prazo até ao limite de € 250 000,00, para o ano de 2015 foi aprovada, por unanimidade.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Esta parte da ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, para que possa produzir efeitos imediatos.-----

= LISTA DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS =

Ponto n.º 5 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 30/11/2014, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 27-12-2013, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

= TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM =

Ponto nº 6: - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0% para o ano de 2015.-----

----- Presidente da Câmara: Disse ter proposto fixar a taxa municipal de direitos de passagem em zero por cento, a fim de evitar que as operadoras a refletissem nos consumidores, já que no atual contexto de crise, o melhor é optar por evitar as taxas.-----

----- José Augusto Sousa: Solicitou que no seguimento do regime experimental da TDT no concelho, coloquem antenas para reforçar a difusão.-----

----- Submetida à votação, a proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0% para o ano de 2015 foi aprovada, por unanimidade.-----

= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO=

Ponto n.º 7 – Intervenção do público.-----

----- Interveio Maria Lima, da “Acodanimais” - Associação Courense de Defesa dos Animais, a agradecer o apoio dado pela Câmara Municipal que serviu para uma campanha de esterilização de animais abandonados de forma a minimizar o número de animais errantes.-----

----- Solicitou que esse apoio não seja isolado, mas que a Associação seja vista como as outras associações do concelho e mereça, também, apoios no futuro.-----

----- Referiu que o concelho de Paredes de Coura é conhecido pelo Festival, mas gostaria que fosse conhecido, também, pela forma como respeita e considera os seus animais-----

----- Agradeceu ao Presidente da Junta de Padornelo, o subsídio atribuído, que serviu para a esterilização de uma cadela abandonada e anunciou que futuramente recorreriam aos presidentes das juntas respetivas, onde surgissem animais abandonados.-----

----- Que os animais abandonados, na sua maioria, são cães de caça e oriundos de Paredes de Coura. Assim, seria conveniente que todos os presidentes de juntas se preocupassem com o registo dos mesmos, alertando que, a partir do ano de 2008, todos os animais devem ser portadores de “chip”.-----

----- Aguarda uma resposta do Veterinário Municipal sobre o tipo de apoio que pode prestar, sendo que uma das formas seria colocar *chip* em todos os animais, que permitiria a rápida identificação.-----

----- Considerou premente a intervenção ativa na defesa dos direitos e deveres animais, procurando sensibilizar todos para esta causa.-----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Presidente da Câmara:** Agradeceu a intervenção e comprometeu-se continuar a apoiar esta associação, por reconhecer o mérito do seu trabalho. Finalizou dizendo nunca ter tido dúvidas de que a afirmação do território faz-se pelo modo como somos diferentes. -----

= ENCERRAMENTO =

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e pela Secretária. -----